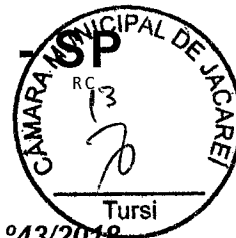




CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE

EMENDA



Ao Projeto de Lei do Legislativo de n.º43/2018, que institui o "Dia Municipal de Combate à Pedofilia" e dá outras providências, com nova redação ao artigo 4º.

EMENDA N.º 02/2018

Art. 1º - O artigo 4º ao Projeto de Lei do Legislativo de n.º43/2018, que institui o "Dia Municipal de Combate à Pedofilia", passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4º - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, caberá articular a sociedade civil, através de membros da comunidade, entidades sociais que atuam na defesa dos direitos da criança e adolescente e do Conselho Tutelar, objetivando celebrar parcerias nas esferas públicas e privadas, visando a realização de atividades e divulgação do "Dia Municipal de Combate à Pedofilia".

Câmara Municipal de Jacareí, 27 de novembro de 2018.

Lucimar Ponciano
Vereadora - PSDB

Arquive-se, conforme parecer jurídico.

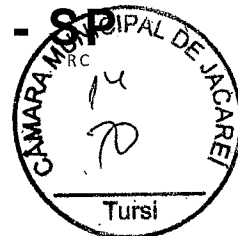
[Signature] 20-11-2018

Ciirte - [Signature] 20.11.18.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



EMENDA

Ao Projeto de Lei do Legislativo de n.º43/2018,
que institui o "Dia Municipal de Combate à
Pedofilia" e dá outras providências,
acrescentando o artigo 5º.

EMENDA N.º 03/2018

Art. 1º - Fica acrescido o artigo 5º ao Projeto de Lei do Legislativo de n.º43/2018, que institui o "Dia Municipal de Combate à Pedofilia", com a seguinte redação:

...

"Art. 5º - O Município de Jacareí deverá promover a divulgação do combate à pedofilia através de cartazes fixos, alocados em locais públicos e privados, em caráter permanente e preventivo, de forma a facilitar a denúncia."

Art. 2º - O artigo 5º do Projeto de Lei do Legislativo de n.º43/2018, fica renumerado para artigo 6º.

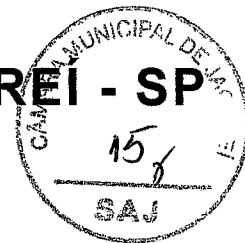
Câmara Municipal de Jacareí, 27 de novembro de 2018.

Lucimar Ponciano
Vereadora – PSDB



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 43, DE 04.07.2018.

ASSUNTO: EMENDAS Nº 02 E 03 AO PROJETO DE LEI QUE INSTITUI O "DIA MUNICIPAL DE COMBATE À PEDOFILIA" E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AUTORIA DAS EMENDAS: VEREADORES SRTA. LUCIMAR PONCIANO.

PARECER Nº 362 – RRV – SAJ – 11/2018

I- RELATÓRIO

Trata-se de Emendas ao Projeto de Lei, de autoria da Nobre Vereadora, Srta. Lucimar Ponciano, que visa ***modificar os artigos 4º e 5º, e renumerar o atual artigo 5º em artigo 6º.***

As presentes Emendas nº 02 e 03 foram remetidas a essa *Secretaria* para estudo jurídico.

É a síntese do necessário. Passamos a análise e manifestação.

II – FUNDAMENTAÇÃO

A matéria veicula nas respeitáveis Emendas nº 02 e 03, ***no nosso entendimento e salvo melhor juízo, encontra-se em desarmonia legislativa, contendo vício de inconstitucionalidade e ilegalidade.*** Senão vejamos.

A Emenda nº 02, ***que visa modificar a redação do artigo 4º do PL,*** confecciona uma atribuição ao ***Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA.***

Segundo a Lei Municipal nº 4.418/2000, artigo 6º, o CMDCA:

"Art. 6º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, órgão deliberativo e paritário, vinculado ao Gabinete do



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Prefeito¹, controlador e fiscalizador da política de atendimento à infância e à juventude, criado nos termos do artigo 210 da Lei Orgânica do Município, será composto da seguinte forma:".

Assim sendo, e diante do que dispõe o artigo 40, inciso III, da LOM:

"Artigo 40 - São de iniciativa exclusiva do Prefeito as leis que disponham sobre:

III - criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou departamentos equivalentes e órgãos da Administração Pública²;".

Portanto, a atribuição concedida pela Emenda nº 02 ao ***CMDCA***, órgão vinculado ao Gabinete do Prefeito (que possui "*status*" de Secretaria), ***no nosso entendimento***, e ***salvo melhor juízo***, contém ***vício formal de iniciativa legislativa***, posto que somente cabe ao Chefe do Executivo Municipal pela LOM, conceder atribuições às suas Secretarias, departamentos e órgãos equivalentes..

Já a Emenda nº 03, ***que modifica a redação do artigo 5º e refaz a renumeração final do PL***, traz uma "***obrigação***" ("***deverá***") à Municipalidade (***entende-se, ao Executivo Municipal, por sua Secretaria específica***), ofendendo, assim, o ***Princípio Constitucional da Separação dos Poderes***, insculpido no artigo 2º da Constituição Federal e no artigo 5º da Constituição Bandeirante.

Como é sabido, por esse ***Princípio***, os ***Poderes*** são independentes e se harmonizam entre si, não podendo "***invadir***" a esfera de competência de cada um.

III – CONCLUSÃO

Posto isto, e tendo em vista todo o acima exposto, ***entendemos, s.m.j.***, que as Emendas nº 02 e 03 ***não poderão prosseguir, devendo ser arquivadas, nos termos regimentais.***

¹ Grifo nosso.

² Grifo nosso.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ - SP

PALÁCIO DA LIBERDADE



Mas, caso não seja esse o entendimento dos Nobres Vereadores, as Emendas n° 02 e n° 03 poderão prosseguir, devendo ser apreciadas antes do Projeto de Lei (consoante o parágrafo 3°, do artigo 125, do RI).

Antes, porém, deve ser objeto de análise da **Comissão Permanente de Constituição e Justiça** e da **Comissão de Segurança, Direitos Humanos e Cidadania**.

Sem mais para o momento e consignando a natureza opinativa e não vinculante deste parecer jurídico, é este o nosso entendimento.

Jacareí, 27 de novembro de 2018.

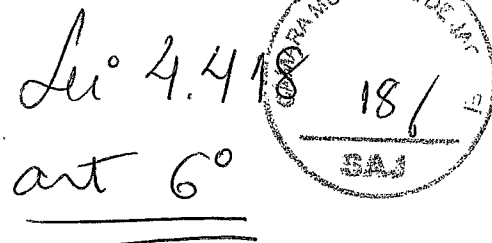
Renata Ramos Vieira

Consultor Jurídico-Legislativo

OAB/SP n° 235.902

Conselhos

Conselhos Municipais:



O controle social é exercido pelos conselhos, que são espaços de efetiva participação popular na gestão das políticas públicas.

Suas principais atribuições são: a deliberação e a fiscalização das ações que cada política pública desenvolve.

Em Jacareí, temos cinco conselhos vinculados à Secretaria de Assistência Social, são eles:

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social: Órgão responsável por orientar, fiscalizar e formular a política pública de Assistência Social. Seu objetivo é zelar pela ampliação e qualidade dos serviços, programas, projetos e benefícios da rede socioassistencial.

CMI – Conselho Municipal do Idoso: Órgão responsável por acompanhar, fiscalizar e avaliar as ações direcionadas ao público idoso desenvolvidas na cidade e, além disso, defender seus direitos sociais e de cidadania. O Conselho pode atuar, também, incentivando e apoiando a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos do idoso; recebendo denúncias de desrespeito a esses direitos e adotando as medidas cabíveis.

CMPD – Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência: Órgão responsável em elaborar, encaminhar e acompanhar a implementação de políticas públicas de interesse da pessoa com deficiência em diversas áreas do município, além de promover atividades de integração das pessoas com deficiência, além de fazer e receber denúncias de discriminação.

CMDCA – Conselho Municipal da Criança e do Adolescente: Órgão responsável em formular e deliberar políticas públicas relativas as crianças e adolescentes, em conjunto com as áreas do Município. Controla as ações e organiza as rede de atenção à população infanto-juvenil.

CMDM – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher: Órgão responsável em elaborar e implementar, políticas públicas sob a ótica de gênero, raça e etnia para garantir a igualdade de oportunidades e de direitos entre homens e mulheres, de forma a assegurar à população feminina o pleno exercício de sua cidadania.

COMTUR – Conselho Municipal de Turismo: Se constitui em Órgão local na conjugação de esforços entre o Poder Público e a Sociedade Civil, de caráter deliberativo e consultivo, para o assessoramento da municipalidade em questões referentes ao desenvolvimento sustentável do turismo no Município.

>> Conselho Municipal de Saúde (<http://www.jacarei.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/c5b83-arquivo-LEI-Conselho-Municipal-de-Saúde.pdf>)

Compartilhe: ([/#facebook](#)) ([/#twitter](#)) ([/#google_plus](#)) ([/#pinterest](#)) ([/#linkedin](#))
([/#whatsapp](#)) ([/#email](#)) ([/#print](#))

(<https://www.addtoany.com/share?url=http%3A%2F%2Fwww.jacarei.sp.gov.br%2Fa-prefeitura%2Fconselhos%2F&title=Conselhos>)

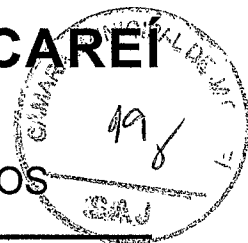
PRINCIPAIS SERVIÇOS

ATENDIMENTO AO CIDADÃO



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Projeto de Lei nº 043/2018

EMENTA: *Emendas Parlamentares (nº 02 e 03) a Projeto de Lei que institui o dia municipal de combate à pedofilia. Emenda nº 02, vício de iniciativa. Arquivamento. Emenda nº 03, Constitucionalidade. Legalidade. Viabilidade. Precedentes do Supremo Tribunal Federal e Tribunal de Justiça de São Paulo. Princípio da publicidade.*

DESPACHO

Aprovo *parcialmente* o parecer de nº 362 – RRV – SAJ – 11/2018 (fls. 15/17) por seus próprios fundamentos.

No tocante a **emenda nº 02**, acolho a manifestação da parecerista e recomenda o ARQUIVAMENTO da propositura acessória por flagrante vício de iniciativa, conforme dispõe o artigo 40, inciso III, da Lei Orgânica do Município.

No que tange a **emenda nº 03**, contudo, divirjo nos termos adiante expostos: em que pese o entendimento esposado, no sentido de que haveria vício de inconstitucionalidade por suposta ofensa ao princípio constitucional da separação dos poderes, é cediço que o Tribunal de Justiça de São Paulo já afastou tal tese em casos desse jaez.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Isso porque o objeto do projeto em análise **não** se amolda a quaisquer das situações taxativamente previstas pelo artigo 40 da Lei Orgânica do Município.

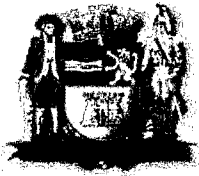
Como a atividade legislativa é típica do Poder Legislativo, somente em situações excepcionais e restritas, lhe é mitigada tal competência. Deste modo, a regra do artigo 40 da LOM deve ser taxativa e **restritivamente interpretada**, sob pena de cerceamento à atividade precípua do Parlamento.

Assim, com a devida vênia, não há, na regra do processo legislativo, impedimento para que, pela via legislativa, se imponha determinados atos de administração ou gestão, salvo nos casos claramente excepcionados, o que **não** é o caso.

O entendimento da Corte Suprema (Supremo Tribunal Federal), após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 878.911, que originou a fixação da tese nº 917, imprimiu substancial guinada na jurisprudência, a fim de dar guarida a projetos que, em linhas gerais, acarretem despesas/obrigações ao Poder Executivo, tal como no presente caso.

Ademais, ainda que assim não o fosse, verifica-se que o Tribunal de Justiça de São Paulo tem feito notável distinção entre a criação de obrigação ao Poder Executivo e a efetividade conferida ao princípio constitucional da publicidade. Confira-se:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 11.335,
DE 02 DE JUNHO DE 2016, DO MUNICÍPIO DE SOROCABA - ATO
NORMATIVO DE AUTORIA PARLAMENTAR QUE 'DISPÕE
SOBRE A DIVULGAÇÃO COMPULSÓRIA, POR PARTE DA



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



PREFEITURA DE SOROCABA, DOS CASOS DE DENGUE REGISTRADOS NO MUNICÍPIO, DESTACADOS POR REGIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS' -

DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE LOCAL RELACIONADAS À SAÚDE PÚBLICA - TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NA PUBLICIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS - VÍCIO DE INICIATIVA - NÃO RECONHECIMENTO - COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE - ARTIGOS 24, § 2º, E 47, AMBOS DA CARTA BANDEIRANTE QUE NÃO ADMITEM INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA - OFENSA, ADEMAIS, AO ARTIGO 25 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NÃO CARACTERIZADA - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE". "Por se tratar de limitações ao poder de instauração do processo legislativo, as hipóteses previstas no texto constitucional devem ser interpretadas restritivamente". "As proposições legislativas concernentes à *divulgação* de dados de interesse local na página oficial da Prefeitura na internet, para conhecimento da comunidade, não se submetem à cláusula de reserva prevista na Constituição Bandeirante e tampouco constituem ingerência nas prerrogativas do Poder Executivo, ***tratando-se, na verdade, de norma relacionada ao direito de acesso à informação, previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior, além de conferir efetividade ao princípio da publicidade consagrado no artigo 111 da Constituição Paulista***". "A ausência de especificação de fonte de custeio apenas conduz à inexequibilidade da norma no ano em que foi aprovada, não traduzindo infringência ao disposto no artigo 25 da Constituição Estadual. (TJSP. ADIn nº 2157585-28.2016.8.26.0000. Órgão Especial. Rel. Des. Renato Sartorelli. Julgado em 30/11/2016).

Portanto, havendo suporte jurídico de validade, ante os precedentes citados, de rigor a válida tramitação da Emenda nº 03, que esta APTA.



CÂMARA MUNICIPAL DE JACAREÍ

PALÁCIO DA LIBERDADE
SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS



Nesse contexto, a Emenda nº 03 deverá ser previamente submetida às Comissões de:

- 1) Constituição e Justiça (art. 33, RI)
- 2) Segurança, Direitos Humanos e Cidadania (art. 39, RI)

Para aprovação da emenda, que ocorrerá antes do projeto em si, conforme previsto pelo artigo 125, § 3º, do Regimento Interno, se exige o voto favorável da maioria simples dos membros da Câmara, em turno único de discussão, nos termos do Regimento Interno.

Ao Setor de Proposituras para prosseguimento.

Jacareí, 27 de novembro de 2018.

Jorge Alfredo Cespedes Campos
Secretário-Diretor Jurídico



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL



Registro: 2016.0000888107

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Direta de Inconstitucionalidade nº 2157585-28.2016.8.26.0000, da Comarca de São Paulo, em que é autor PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA, é réu PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA.

ACORDAM, em Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "JULGARAM A AÇÃO IMPROCEDENTE, CASSADA A LIMINAR. V.U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores PAULO DIMAS MASCARETTI (Presidente), CARLOS BUENO, FERRAZ DE ARRUDA, ARANTES THEODORO, TRISTÃO RIBEIRO, BORELLI THOMAZ, JOÃO NEGRINI FILHO, SÉRGIO RUI, RICARDO ANAFE, ALVARO PASSOS, AMORIM CANTUÁRIA, BERETTA DA SILVEIRA, RICARDO NEGRÃO, ADEMIR BENEDITO, ANTONIO CARLOS MALHEIROS, MOACIR PERES, FERREIRA RODRIGUES, PÉRICLES PIZA, EVARISTO DOS SANTOS, MÁRCIO BARTOLI, JOÃO CARLOS SALETTI E FRANCISCO CASCONI.

São Paulo, 30 de novembro de 2016.

RENATO SARTORELLI
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



REQUERENTE: PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SOROCABA

REQUERIDO: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SOROCABA

EMENTAS:

“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 11.335, DE 02 DE JUNHO DE 2016, DO MUNICÍPIO DE SOROCABA - ATO NORMATIVO DE AUTORIA PARLAMENTAR QUE 'DISPÕE SOBRE A DIVULGAÇÃO COMPULSÓRIA, POR PARTE DA PREFEITURA DE SOROCABA, DOS CASOS DE DENGUE REGISTRADOS NO MUNICÍPIO, DESTACADOS POR REGIÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS' - DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES DE INTERESSE LOCAL RELACIONADAS À SAÚDE PÚBLICA - TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NA PUBLICIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS - VÍCIO DE INICIATIVA - NÃO RECONHECIMENTO - COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE - ARTIGOS 24, § 2º, E 47, AMBOS DA CARTA BANDEIRANTE



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000

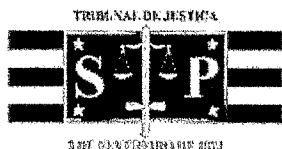


QUE NÃO ADMITEM INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA - OFENSA, ADEMAIS, AO ARTIGO 25 DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL NÃO CARACTERIZADA - AÇÃO JULGADA IMPROCEDENTE”.

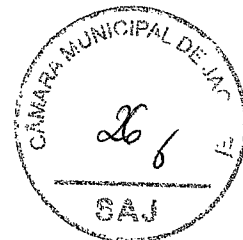
“Por se tratar de limitações ao poder de instauração do processo legislativo, as hipóteses previstas no texto constitucional devem ser interpretadas restritivamente”.

“As proposições legislativas concernentes à divulgação de dados de interesse local na página oficial da Prefeitura na internet, para conhecimento da comunidade, não se submetem à cláusula de reserva prevista na Constituição Bandeirante e tampouco constituem ingerência nas prerrogativas do Poder Executivo, tratando-se, na verdade, de norma relacionada ao direito de acesso à informação, previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior, além de conferir efetividade ao princípio da publicidade consagrado no artigo 111 da Constituição Paulista”.

“A ausência de especificação de fonte



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



de custeio apenas conduz à inexecutabilidade da norma no ano em que foi aprovada, não traduzindo infringência ao disposto no artigo 25 da Constituição Estadual”.

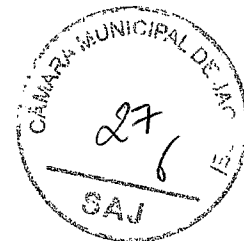
VOTO Nº 28.891

Trata-se de ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Prefeito do Município de Sorocaba em face da Lei Municipal nº 11.335, de 02 de junho de 2016, que *"dispõe sobre a divulgação compulsória, por parte da Prefeitura de Sorocaba, dos casos de dengue registrados no município, destacados por região, e dá outras providências"*, apontando violação aos artigos 5º, 24, parágrafo 2º, 25, 47, inciso II, e 144, todos da Constituição Paulista, e artigos 2º, 61, parágrafo 1º, e 84, inciso II, da Carta da República.

Sustenta o requerente, em apertada síntese, que a Câmara Municipal de Sorocaba exorbitou de sua competência, afrontando o princípio da separação dos poderes, malferindo o disposto no artigo 5º da Carta Bandeirante. Alega, em acréscimo, que compete exclusivamente ao Prefeito deflagrar o processo legislativo sobre atribuições e obrigações do Poder Executivo e sobre organização de serviços públicos,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



aduzindo que a edilidade interferiu na sua esfera de atuação, em nítida ofensa à atividade gerencial e administrativa do Município. Argumenta, ainda, que o ato normativo impugnado implica aumento de despesas, sem previsão da correspondente receita para lhe fazer frente. Enfatizando, no mais, que se encontram presentes os pressupostos autorizadores para a concessão da liminar, insiste na suspensão da eficácia da Lei nº 11.335, de 02 de junho de 2016, do Município de Sorocaba, até decisão definitiva.

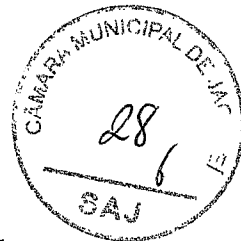
Concedida a liminar, o Presidente da Câmara Municipal de Sorocaba prestou informações sustentando a higidez do ato normativo impugnado, aduzindo que a matéria relativa a direito à informação e à proteção da saúde não está inserida no rol taxativo do artigo 61, § 1º, da Constituição Federal, não havendo que se falar em vício de iniciativa ou desrespeito ao princípio da separação dos poderes (*fls. 100/109*).

O Procurador Geral do Estado deixou de se manifestar em razão de os dispositivos impugnados tratarem de matéria exclusivamente local (*fls. 122/123*).

A douta Procuradoria Geral de



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



Justiça, em seu parecer, opinou pela improcedência da ação (fls. 127/139).

É o relatório.

A ação é de ser julgada improcedente.

O texto impugnado tem o seguinte teor, **verbis**:

“Art. 1º Fica o Poder Executivo obrigado a divulgar a cada 10 (dez) dias, a partir do mês de janeiro, e até maio, de cada ano, no site oficial da Prefeitura, em local destacado na sua página na internet, informações contendo os seguintes dados referentes a doença de dengue na cidade de Sorocaba:

I – o número total de casos da doença registrados e confirmados;

II – o número total de casos suspeitos da doença;

III – os pontos destacados, por região, onde encontram-se os casos confirmados e os casos suspeitos da moléstia;

IV – o número de casos confirmados e de casos suspeitos, registrados por área e de centro de saúde de Sorocaba.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



Art. 2º *A Prefeitura de Sorocaba deverá informar, ainda, no mesmo espaço citado no artigo primeiro, da presente lei, o número de agentes de controle de combate à epidemia de dengue atuantes no município, tantos os servidores da administração direta e indireta, quanto os agentes eventualmente terceirizados.*

Art. 3º *Os dados a serem divulgados deverão, ainda, conter informações que possam facilitar o conhecimento da população sobre as regiões, bairros ou localidades, onde exista maior incidência da doença, de forma a possibilitar o combate do vetor e controle maior pelos moradores das regiões mais afetadas.*

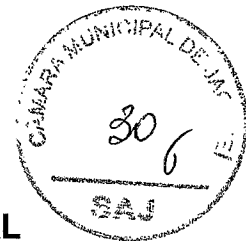
Art. 4º *Uma vez por mês, no mesmo espaço no site da Prefeitura, onde serão divulgadas as informações acerca dos casos de dengue na cidade, serão também divulgados os gastos orçamentários efetivamente realizados, até aquele mês, com as medidas de prevenção e de combate da doença.*

Art. 5º *A partir do mês de junho, de cada ano, as informações a serem divulgadas, constantes no art. 1º poderão ser realizadas a cada mês, tendo em vista os aspectos de sazonalidade da doença.*

Art. 6º *As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.*



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação”
(cf. fl. 21).

Ao que se infere, originou-se a lei atacada de projeto de autoria parlamentar que, após veto do alcaide, foi promulgada pelo Presidente da Câmara Municipal (fls. 21 e 40/42).

Na verdade, a norma impugnada dispõe sobre a publicidade dos casos de dengue e dos gastos realizados com as medidas de combate à doença, não se encontrando entre as matérias expressamente elencadas nos artigos 24, § 2º, 47, 166 e 174, todos da Constituição Bandeirante, cuja iniciativa é reservada ao Chefe do Poder Executivo, preceitos normativos que, por simetria, aplicam-se aos municípios.

Por se tratar de limitações ao poder de instauração do processo legislativo, as hipóteses previstas no texto constitucional devem ser interpretadas restritivamente, inexistindo óbice à iniciativa de lei parlamentar que disponha sobre a divulgação de informações de interesse da coletividade, porquanto o constituinte não restringiu o âmbito de sua titularidade, cuidando-se, isto sim, de competência concorrente.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



Destaco, a propósito, casos análogos já submetidos à apreciação deste C. Órgão Especial, **verbis**:

“Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 3.478, de 16 de julho de 2015, do Município de Santana do Parnaíba. Obrigatoriedade de divulgação no ‘site’ da Prefeitura de alvarás de funcionamento referentes aos estabelecimentos situados naquela cidade. Alegação de vício formal, por ofensa à Lei Orgânica Municipal. Impossibilidade de utilização da referida lei como parâmetro de controle. Não configurada violação à iniciativa legislativa reservada ao Chefe do Executivo. Hipóteses taxativas. Norma de caráter geral e abstrato editada com vistas à transparência da administração e à segurança da comunidade local. Direito à informação de interesse da coletividade. Estímulo ao exercício da cidadania. Inexistência de ofensa à regra da separação dos poderes. Ação julgada improcedente” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2240898-18.2015.8.26.0000, Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



Desembargador Márcio Bartoli).

“Ação direta de inconstitucionalidade. Lei nº 9.800, de 15 de março de 2016, do Município de Santo André. Diploma de origem parlamentar que manda divulgar no Portal da Transparência da Prefeitura informação sobre os programas sociais. Ofensa à reserva de iniciativa do Prefeito não caracterizada. Artigos 24 § 2º e 47 da Constituição estadual que não admitem interpretação extensiva. Inocorrência, ademais, de imposição de despesa nova ou de alteração no funcionamento da administração, eis que os dados já estão na posse do gestor, assim como a página da internet. Município que detém a prerrogativa de suplementar legislação atinente à publicidade dos atos oficiais, segundo o interesse local e desde que não contrarie a disciplina geral” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2075689-60.2016.8.26.0000, Relator Desembargador Arantes Theodoro).

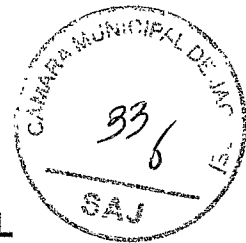
“AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE – LEI Nº



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



4.921, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2013, DO MUNICÍPIO DE MAUÁ – LEGISLAÇÃO DE INICIATIVA PARLAMENTAR QUE OBRIGA O MUNICÍPIO A DIVULGAR A RELAÇÃO DE OBRAS PARALISADAS EM RAZÃO DE NOTIFICAÇÃO OU EMBARGO - DIPLOMA QUE NÃO PADECE DE VÍCIO DE INICIATIVA - MATÉRIA NÃO RESERVADA AO CHEFE DO PODER EXECUTIVO - INTERPRETAÇÃO DO ART. 24, § 2º, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, APLICÁVEL AOS MUNICÍPIOS, POR FORÇA DO DISPOSTO NO ART. 144 DA MESMA CONSTITUIÇÃO - TRANSPARÊNCIA ADMINISTRATIVA, CONSISTENTE NA PUBLICIDADE DE OBRAS PÚBLICAS - LEI NÃO CRIA NOVOS ENCARGOS GERADORES DE DESPESAS IMPREVISTAS, VEZ QUE A PUBLICIDADE OFICIAL E A PROPAGANDA GOVERNAMENTAL CONSTAM COMO DEVER PRIMITIVO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988. Ação direta julgada improcedente” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 2206636-76.2014.8.26.0000, Relator Desembargador João Negrini Filho).



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



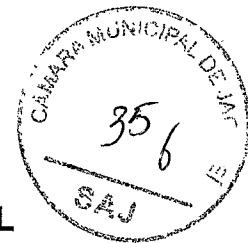
“Divulgação de dados da administração na internet para conhecimento da comunidade local. Possibilidade. Constitucionalidade reconhecida. Ao determinar a divulgação de dados da Administração no 'site' oficial do Município, a lei impugnada não interfere na forma de prestação do serviço público, e nem institui, sob esse aspecto, alguma espécie de fiscalização, tratando-se, na verdade, de simples norma relacionada ao direito de acesso à informação, que está expressamente previsto no art. 5º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, com seu exercício regulamentado pela Lei nº 12.527/2011” (Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 0062530-89.2013.8.26.0000, Relator Desembargador Ferreira Rodrigues).

Logo, as proposições legislativas concernentes à divulgação de dados de interesse local na página oficial da Prefeitura na internet, para conhecimento da comunidade, não se submetem à cláusula de reserva prevista na Constituição Bandeirante e tampouco constituem ingerência nas prerrogativas do Poder Executivo, tratando-se, na verdade, de norma relacionada ao direito de acesso à informação,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL

DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



previsto no artigo 5º, inciso XXXIII, da Lei Maior, além de conferir efetividade ao princípio da publicidade consagrado no artigo 111 da Constituição Paulista.

Vale dizer, a edilidade apenas dispôs sobre matéria inserida no âmbito da competência legislativa comum, promovendo o acesso à informação relevante e estimulando a conscientização da população local no combate e na prevenção de doença epidêmica, não se ressentindo a lei de qualquer vício de natureza formal.

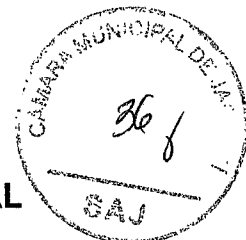
Cumpre, por fim, consignar que a ausência de especificação de fonte de custeio apenas conduz à inexecutabilidade da norma no ano em que foi aprovada, não traduzindo infringência ao disposto no artigo 25 da Constituição Estadual, **verbis**:

“A ausência de dotação orçamentária prévia em legislação específica não autoriza a declaração de inconstitucionalidade da lei, impedindo tão-somente a sua aplicação naquele exercício financeiro” (ADI nº 3.599/DF, Relator Ministro Gilmar Mendes).

Outrossim, vale a pena reproduzir o



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



seguinte excerto da manifestação do digno Procurador de Justiça, **verbis**:

“... o objeto da lei impugnada não se arrola nas hipóteses de reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo nem da reserva da Administração. Seu conteúdo é, no tocante aos serviços da rede pública de saúde, a transparência governamental mediante informação destinada ao público usuário sobre prevenção de doenças e eficácia no combate a endemia.

Como expõe a doutrina (Wallace Paiva Martins Junior. 'Princípio da publicidade', in Princípios de Direito Administrativo, São Paulo: Atlas, 2012, pp. 233-258, organização Thiago Marrara), em linha de princípio, a disciplina legislativa da publicidade administrativa não se revela como matéria que mereça trato normativo por impulsão exclusiva do Chefe do Poder Executivo porque a matéria se situa na iniciativa legislativa comum ou concorrente que é a regra, enquanto é excepcional a atribuição de reserva a certa categoria de agentes, entidades e órgãos.

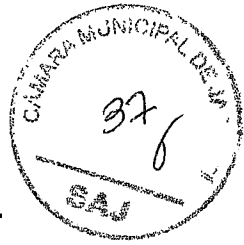
(...)

A falta de recursos orçamentários não causa a inconstitucionalidade da lei, senão sua ineficácia no exercício financeiro respectivo à sua vigência” (cf. fls. 132 e 138).

Ante o exposto, por não vislumbrar violação a dispositivos da Constituição Paulista e na esteira do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA – ÓRGÃO ESPECIAL
DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 2157585-28.2016.8.26.0000



parecer da lavra do eminente Subprocurador-Geral de Justiça,
Dr. Nilo Spinola Salgado Filho, julgo improcedente a presente
ação direta de inconstitucionalidade, cassada a liminar.

RENATO SARTORELLI

Relator

Assinatura Eletrônica